

SUMÁRIO

Prefácio	xi
<i>Marivaldo de Castro Pereira</i>	
Monitorar para além da prisão: não sabemos nada e temos medo de tudo!	1
<i>Alexandre Morais da Rosa</i>	
Acerca do pensamento criminológico e suas mazelas. Sobre “a pena como vingança razoável”, de Eugenio Raúl Zaffaroni	11
<i>Alexandre Pandolfo</i>	
Excurso. Sobre o monitoramento eletrônico e a manutenção da violência	29
A velocidade do controle – ou sobre o caso do monitoramento eletrônico de presos no Brasil	35
<i>Augusto Jobim do Amaral</i>	
1. Introdução: o caso, para além dele	35
2. A nova ordem social do controle do delito	36
2.1 Encarceramento, substitutos penais e engodo (menos prisão = mais prisão?)	44
2.2. Perspectivas do <i>tempo real</i> : integração, confinamento e controle	53
3. Conclusão	62
O sistema de justiça criminal: para quê e para quem?	71
<i>Daniela Felix Teixeira</i>	
1. Introdução no debate	71
2. Approach conceitual	72
3. O controle penal e o sistema de justiça criminal contemporâneo	73
3.1. O controle penal atuarial	77
3.2. A produção do inimigo	83
4. Para quê e para quem?	88
Atualidade da proteção domiciliar, diante da invasão dos dispositivos de vigilância física	95
<i>Gustavo E. L. Garibaldi</i>	
1. Introdução	95

2. Dispositivos de vigilância física e assimiláveis	95
3. A proteção constitucional do domicílio.....	97
4. Afetação dos mais vulneráveis.	
Maior afetação pela observação e monitoramento	102
O monitoramento eletrônico de apenados no Brasil	105
<i>Janaina Rodrigues Oliveira e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo</i>	
1. Introdução.....	105
2. A Lei 12.258/2010.....	108
3. A vigilância eletrônica como medida cautelar	113
4. As Experiências-Piloto de Monitoramento Eletrônico em alguns Estados Brasileiros	115
5. Conclusão.....	125
Ensaio sobre o monitoramento eletrônico (Lei 12.258/10)	129
<i>Luís Carlos Valois</i>	
Sozinho mas não esquecido: uma análise sobre o sistema de monitoramento eletrônico de infratores.....	137
<i>Neemias Moretti Prudente</i>	
1. Considerações preliminares	137
2. Breve enquadramento histórico	140
3. Sistemas de monitoramento eletrônico	143
3.1. Definição e objetivos	143
3.2. Tecnologias	144
3.3. Razões de uso.....	146
3.4. Aplicação	147
4. Monitoramento Eletrônico Na Legislação Brasileira.....	148
4.1. Lei n.º 12.258, de 15 de junho de 2010	149
4.2. Lei n.º 12.403, de 04 de maio de 2011	151
4.3. Do anteprojeto do Código de Processo Penal	153
5. Desvantagens e vantagens.....	154
6. Conclusão.....	157
Monitoramento eletrônico e ética – um olhar de um prático	163
<i>Nuno Caiado</i>	
1. Introdução.....	163
2. Grandes Temas Éticos No Monitoramento Eletrônico.....	166
2.1. Conhecer e debater o monitoramento eletrônico	166
3. O monitoramento eletrônico não existe (existem modelos de monitoramento eletrônico)	168
4. Da estratégia de dominação à estratégia de liberdade	169

5. Respeito pelos direitos humanos	171
6. Corpo, estigma e a sua narrativa	171
7. Proporcionalidade no uso do monitoramento eletrônico	174
8. Legitimação judicial e previsão legal.....	175
9. Consentimento	176
10. Esclarecimento	177
11. A reserva da vida privada.....	177
12. Relação com a pessoa vigiada.....	180
13. Público, privado?	180
14. A imprescindibilidade da existência de mecanismos de gestão da ética	181
15. Conclusão.....	182
Do rastreamento eletrônico como alternativa à pena de prisão	187
<i>Túlio Vianna</i>	
1. Pressupostos	187
2. O equipamento	188
3. Críticas	189
4. Usos	192
5. Limites	195
6. Conclusão	196
Decreto Nº 7.627, de 24 de Novembro de 2011	201